

## **Portaria nº 9, de 1º de fevereiro de 1996**

O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 445, de 16 de agosto de 1989, tendo em vista o disposto no artigo 1º, inciso VII e X, do Decreto nº 97.946, de 11 de julho de 1989, considerando a necessidade de preservar os ecossistemas e de melhor adequar o turismo no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, resolve:

**Art. 1º.** O Superintendente do Ibama, no estado da Bahia e o chefe do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, irão credenciar e autorizar, em consonância com seu plano de manejo vigente, as embarcações aptas a transportarem e explorarem o turismo neste Parque.

**Art. 2º.** Para o credenciamento das embarcações, os proprietários deverão apresentar:

- a) registro das embarcações na Agência da Capitânia dos Portos do Estado da Bahia, na cidade de Porto Seguro, com a categoria adequada e com Termo de Vistoria ou equivalente;
- b) título de Propriedade das Embarcações;
- c) registro na Embratur, da embarcação.

**Art. 3º.** As embarcações credenciadas, poderão transportar até 15 (quinze) passageiros de acordo com a capacidade licenciada para cada embarcação pela Capitânia dos Portos.

**Art. 4º.** As embarcações credenciadas, superiores a 15 (quinze) metros de comprimento, ou que transportem mais de 10 (dez) passageiros, não poderão fundear no canal existente entre as Ilhas Siriba e Redonda, bem como no Porto de Fundeio com vento do quadrante norte até a cota batimétrica de 10 (dez) metros.

**Art. 5º.** O número máximo de embarcações credenciadas, que poderão adentrar no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos será de 15 (quinze) por dia.

**Art. 6º.** As autorizações para visita ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, para o período entre 1º de fevereiro à 30 de junho de 1996, deverão seguir as normas estabelecidas nesta Portaria.

**Parágrafo único.** No estrito interesse da Administração do Parque as referidas autorizações poderão ser prorrogadas ou canceladas.

**Art. 7º.** Os proprietários das embarcações credenciadas que quiserem entrar nos limites do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos neste período deverão protocolar solicitação neste sentido junto a chefia do Parque Nacional, a Praia do Kitongo s/nº Caravelas — BA, de acordo com as normas aqui estabelecidas no *caput*.

§ 1º. Pedidos por via postal deverão ser encaminhados através de Sedex ou correspondência registrada, sempre com aviso de recebimento (AR). Para efeito de prazo, valerá a data do recebimento, pelo Ibama da correspondência emitida.

§ 2º. O pedido deverá conter as seguintes informações e documentos:

- 1 — Nome do solicitante;
- 2 — Dia(s) para o(s) qual(is) solicita autorização, dentro de cada quinzena;
- 3 — Nome da embarcação que será utilizada em cada um dos dias para os quais se solicita autorização;
- 4 — Credencial referente no art. 1º e 2º desta Portaria.

**Art. 8º.** As autorizações serão concedidas a cada quinzena, para aqueles que tiverem seus pedidos protocolados junto à administração do Parque Nacional, até o último dia útil anterior à data definida para expedição das autorizações de cada quinzena.

§ 1º. Não serão consideradas pedidos de autorização que não atendam as exigências estabelecidas nesta Portaria, que cheguem fora dos prazos ou sem a documentação solicitada.

§ 2º. As autorizações serão intransferíveis, expedidas em nome do proprietário solicitante e vinculada à embarcação cujo nome e documentação constarem do pedido original.

§ 3º. A autorização especificará o número de passageiros e locais de fundeio autorizados para a embarcação, e as condições básicas que deverão ser seguidas durante a permanência no interior dos limites do Parque Nacional.

§ 4º. O proprietário da embarcação que não for utilizar uma autorização que lhe tenha sido concedida, deverá comunicar à administra-

ção do Parque com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência. Se não o fizer, terá todas as suas demais autorizações, porventura já emitidas, canceladas e ficará impossibilitado de entrar nos limites do Parque pelo período de 30 (trinta) dias.

**Art. 9º.** Para cada dia serão expedidas autorizações para, no máximo, 15 (quinze) embarcações visitarem ou conduzirem visitantes ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

§ 1º. Caso haja um número de solicitação de autorizações para algum dia, que exceda o limite fixado no *caput* deste artigo, será realizado sorteio, entre aqueles que tiverem sido inscrito, para se definir quais solicitantes receberão autorização para ir ao Parque Nacional na data específica.

§ 2º. Será feito um sorteio para cada dia específico dentro de cada quinzena. O sorteio será realizado na sede do Parque Nacional, ou em local previamente definido e claramente indicado na sede, na própria cidade de Caravelas, no dia e horário definidos no cronograma, sendo franqueado o acesso de todos os solicitantes de autorização para fiscalizarem e acompanharem o processo.

**Art. 10.** Os proprietários das embarcações autorizadas, deverão adquirir os ingressos correspondentes ao número de passageiros e tripulantes a serem transportados e pagarem as taxas correspondentes ao fundeio, até 2 (dois) dias antes da data da viagem.

**Art. 11.** O proprietário da embarcação é responsável pela segurança dos passageiros, por quaisquer danos causados pela embarcação ou seus ocupantes ao Parque Nacional e seus recursos durante a permanência no interior do mesmo.

**Art. 12.** Não será admitida a entrada nos limites do Parque Nacional de embarcações não autorizadas, a não ser em caso de salvaguarda da vida humana no mar. O desrespeito a essa norma constitui dano ao Parque Nacional e será punível de acordo com a legislação.

**Art. 13.** O proprietário que descumprir as regras desta Portaria, bem como as condições estabelecidas na autorização de visita, ficará impedido de entrar nos limites do Parque Nacional por 30 (trinta) dias e eventuais licenças que possa ter para esse período serão automaticamente canceladas. Em caso de reincidência ou quando houver agravantes na infração original, a suspensão será por período mínimo de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. Essas penalidades serão aplicadas sem prejuízo daquelas estabelecidas na legislação para o caso de dano a um Parque Nacional.

CRONOGRAMA				
Período	SUPES/BA (1)	Parque (2)	Autorização (3)	Sorteio
01 a 15.02.96	xxx	26.01.96	29.01.96	29.01.96
16 a 29.02.96	xxx	01.02.96	05.02.96	05.02.96
01 a 15.03.96	05.02.96	12.02.96	15.02.96	15.02.96
16 a 31.03.96	01.03.96	06.03.96	08.03.96	08.03.96
01 a 14.04.96	15.03.96	20.03.96	22.03.96	22.03.96
16 a 30.04.96	29.03.96	02.04.96	04.04.96	04.04.96
01 a 15.05.96	12.04.96	17.04.96	19.04.96	19.04.96
16 a 31.05.96	02.05.96	08.05.96	10.05.96	10.05.95
01 a 15.06.96	10.05.96	15.05.96	17.05.96	17.05.96
16 a 30.06.96	27.05.96	31.05.96	03.06.96	03.06.96

1. Data limite para receber pedidos na Supes/BA;
2. Data limite para recebimento de pedidos na Sede do Parque Nacional;
3. Data para expedição da autorização pelo Parque Nacional.

**Art. 14.** Esta Portaria revoga na íntegra a Portaria nº 105-N de 22.12.95, publicada no Diário Oficial da União — DOU de 26.12.95, pág. 22274.

**Art. 15.** Esta Portaria passará a vigorar a partir de sua data de publicação.

Raul Belens Jungmann Pinto  
Presidente

(DOU de 09.02.96)